



Anais da Assembléia

N.º 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 89.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1984

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Maia Filho e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gemote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Antônio Amibelli, Antônio Belinati, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Márcio Almeida, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (39). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fuad Nacli, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Ervin Bonkoski, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Bufara, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Sérgio Spada e Tadeu França (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

Sob o n.º 203/84, do Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei referente ao Orçamento Programa Anual para o Exercício Financeiro de 1985.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 220/84, que visa autorizar abertura de crédito especial ao Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER prioridade para a votação do Projeto de Lei n.º 79/84, de nossa autoria, que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino a cobrança de taxas

e contribuições.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por quinze (15) sessões, o Projeto de Lei n.º 120/84, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão realizada nesta tarde, voto de congratulações à COAMO -- Cooperativa Agropecuária Mourãoense, localizada na municipalidade de Campo Mourão, por ter recebido da Revista "Exame", o diploma de Melhor Desempenho no Setor Agropecuário de 1983, com conseqüente encaminhamento ao seu presidente, o Excelentíssimo Sr. Dr. José Aroldo Galassini, aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal, Professor José Pochapski e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Dr. Moacir Ciulla Porciúncula.

Receitas ou Faturamento, Crescimento das Receitas, Rentabilidade de Patrimônio, Liquidez Financeira, Capitalização e Produtividade. Estes foram os fatores que determinaram a escolha das melhores empresas, por setor, referente ao ano de 1983, através do chamado Desempenho Global, instituído pela conceituada Revista "Exame". No que diz respeito ao segmento agropastoril, a COAMO recebeu, pela segunda vez consecutiva, o troféu, medalha e diploma de Melhor Desempenho.

Para os que não acompanham a economia, nos inúmeros parâmetros, pode parecer até mesmo muita surpresa o fato de a COAMO ter obtido tal premiação. Porém, ao se realizar uma simples avaliação, será possível facilmente observar que, fora de qualquer dúvida, a COAMO não adquiriu tal conquista por acaso. Certamente foi o resultado do trabalho aplicado pela sua dinâmica diretoria, sempre e totalmente identificada nos verdadeiros desejos dos produtores rurais cooperados.

Ao longo dos anos de sua existência, aquela Cooperativa tem atingido estágios desenvolvimentistas num espaço de tempo bastante curto (comparando-se ao desenvolvimento de outras cooperativas existentes no setor), graças ao trabalho sério e amadurecido de sua diretoria, destacando-se a liderança incontestável do agrônomo José Aroldo Galassini, responsável maior pela solidificação e expansão de sua área de atendimento. Um crescimento que se deve à união dos associados que encontrou na filosofia da cooperação uma saída ao menos do sufoco, ante as condições adversas da política agrícola em vigor nos últimos anos.

Não poderia deixar, portanto, de requerer a consignação na ata referente aos trabalhos dessa sessão, a expressão econômica da Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pelo seu papel dos mais relevantes (não somente em Campo Mourão onde está sediada, mas em toda a sua área de atuação) ao longo da última década, cujo destaque contribuiu notadamente na modernização da agricultura, o que permitiu a melhora das condições de

cada produtor, através da utilização de crédito próprio, em especial.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo a liberação de materiais permanentes, em caráter emergencial, para o Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na municipalidade de Campo Mourão.

A ausência de recursos próprios junto àquele educandário, é o motivo maior que faz com que a FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação auxilie na liberação de materiais permanentes. Ademais, aliado à condição econômica daquela direção, os materiais pretendidos são da maior importância, pois os mesmos auxiliam direta e indiretamente no processo educacional oferecido.

Espera-se, portanto, o imediato atendimento do que ora é solicitado, sendo o mesmo de iniciativa da Sra. Neusa Resende Rieling, DD. Diretora do Colégio Dom Bosco, recebendo total apoio também por parte dos pertencentes à Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Cloraldino Severo, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando qu sejam tomadas providências no sentido de efetuar os necessários reparos na BR-476, que liga Curitiba a Lapa, particularmente no trecho da curva existente em frente à igreja, na localidade de Mariental.

Nosso pedido é plenamente justificável, tendo em conta os inúmeros acidentes que freqüentemente ocorrem naquele trecho, muitas vezes com perda de vidas, além de incalculáveis prejuízos materiais causados aos motoristas que são vítimas de acidentes na citada rodovia.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI
ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando sejam enviados a esta Casa, cópias autênticas e conclusões dos Autos de Sindicâncias destinados a apurar possíveis irregularidades junto à 16a. CIRETRAN de Foz do Iguaçu, originário do Pedido de Informações aprovado por esta Casa de Leis, no dia 08 de agosto do corrente ano.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 02/10/84

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviada à Secretaria de Estado da Educação, a documentação abaixo relacionada, a fim de ser anexada ao Pedido de Informações já aprovado por esta Casa de Leis, referente a supostas irregularidades que vêm sendo apuradas no Colégio Agrícola Manuel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu.

Requer, ainda, o envio de cópia do presente à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

DOC. 01 – Carta de alunos daquele Colégio Agrícola, datada de 20/09/84, enviada ao Deputado subscritor deste;

DOC. 02 – Carta de alunos do Colégio Agrícola, datada de 23/09/84, enviada à Professora responsável pelo 7o. Núcleo Regional de Ensino de Cascavel;

DOC. 03 – Carta de alunos do Colégio Agrícola, datada de 23/09/84, enviada à Dra. Jeanete B. Finko, Digna Supervisora do INCRA no Paraná;

DOC. 4 – Declaração datada de 19/09/84, assinada por Eliamar Aparecida Elias Novo;

DOC. 05 – Declaração datada de 20/09/84, assinada por 16 alunos do Colégio Agrícola;

DOC. 06 – Edital de número 18/84, de 18/09/84, da Diretora do Colégio Agrícola Estadual Manoel Moreira Pena; e,

DOC. 07 – Ofício número 261/84, da Diretora Eliamar Aparecida Elias Novo, datado de 18/09/84.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no que diz respeito ao desaparecimento de três (03) telefones sem fio, marca COBRA, e de uma (01) Motocicleta importada marca KAWAZAKI, pertencentes à 16. CIRETRAN de Foz do Iguaçu, e que, após a realização de sindicância, reapareceram.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Segundo consta, os três aparelhos telefônicos sem fio marca Cobra e a Motocicleta importada marca Kawazaki, pertencentes à 16a. CIRETRAN de Foz do Iguaçu, haviam desaparecido e que, após a realização da sindicância, reapareceram.

É de se estranhar que tal fato possa ter acontecido, uma vez que acreditamos que as pessoas que realizaram a sindicância naquela CIRETRAN, não deixariam de apurar esta irregularidade.

Entretanto, julgamos de fundamental importância o pleno esclarecimento desses fatos, pois, devemos estar atentos a que a administração pública não seja vilipendiada por uma atuação desrespeitosa para com os princípios do bom senso, mas, mais do que tudo, que os interesses dos cidadãos sejam garantidos pela igualdade entre si e não haja beneficiamento de um, em detrimento de todos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 254/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – O art. 25 da Lei nº 7811, de 29/12/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 – As taxas de serviços a serem cobradas pelo

DETRAN serão fixadas pelo Anexo I, desta lei.

§ 1.º — Não se aplicam ao DETRAN, os dispositivos e atos complementares à cobrança de taxas previstas na Lei n.º 7.257, de 30 de novembro de 1979.

§ 2.º — Os valores fixados pelo Anexo I desta lei, somente poderão ser alterados através de lei ordinária."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

PROJETO DE LEI N.º 255/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DO AGRICULTOR DE ANTÔNIO OLINTO", com sede e foro em Antônio Olinto.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O Clube Cultural e Recreativo do Agricultor de Antônio Olinto é uma entidade beneficente que tem por finalidade promover a educação e a assistência social à classe dos agricultores de Antônio Olinto, conforme estabelecem seus Estatutos Sociais.

Fundado em março de 1981, o Clube Cultural e Recreativo do Agricultor, vem atendendo à comunidade de Antônio Olinto, prestando aos seus associados e familiares, programas assistenciais e educacionais, o que o faz merecedor do reconhecimento público estadual.

Nestas condições, é que estamos propondo o presente plano de lei que temos certeza, merecerá o total apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 253/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O art. 295 e seu parágrafo primeiro da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, passam a ter a seguinte redação, mantidos os demais parágrafos:

"Art. 295 — O cargo de provimento em comissão de Delegado Geral da Polícia Civil, passa a ser denominado de Chefe de Polícia, privativo de Delegado de 1.ª Classe, Bacharel em Direito, e será preenchido pelo Governador do Estado mediante escolha em lista triplíce elaborada mediante escrutínio direto e secreto do qual participarão todos os integrantes da Carreira de Delegado, inclusive os inativos.

§ 1.º — O cargo de Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil, passa a ser denominado Chefe de Polícia Adjunto, obedecidos, para o seu preenchimento, os mesmos critérios estabelecidos no "caput" deste artigo, e os titulares da Corregedoria da Polícia Civil da SESP, da Secretaria Executiva da Polícia Civil, da Divisão de Polícia Científica, do Instituto de Identificação, das Divisões Policiais, das Inspetorias, do Centro de Operações Policiais Especiais, da Central de Apoio, da Secretaria Executiva do FUNRESPOL, da 1.ª Subdivisão Policial e do Centro de Triagem, serão de livre escolha dentre os integrantes de classe mais elevada da carreira de Delegado de Polícia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: ACIR MEZZADRI, TADEU LÚCIO MACHADO, CAÍTO QUINTANA, ANTÔNIO BELINATI, JORGE MAIA FILHO, PÉRICLES PACHECO, EZEQUIAS LOSSO e GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

Aos moldes do que acontece em centros mais adiantados, como nos Estados Unidos da América, onde o Chefe de Polícia é indicado em sufrágio do qual participam todos os segmentos da sociedade, a iniciativa que ora tomamos, senão tão abrangente, pois determina que a escolha do Chefe de Polícia recaia em um dos delegados que preencha tais condições legais para o cargo, mediante escolha em lista triplíce da qual participem todos os integrantes da carreira, pelo menos proporciona um grau mais elevado de participação nas responsabilidades da escolha.

A medida, altamente democratizante, é que vem se ajustar às diretrizes do Governo do Estado no que se refere à intervenção da população interessada no processo decisório e administrativo, tem, por outro lado, evidentes vantagens do ponto de vista prático, porque ninguém melhor do que os Delegados de Polícia para conhecer as virtudes e limitações de seus pares, assegurando-se, desta forma, que a escolha governamental incida sobre os indivíduos mais capazes, sem qualquer injunção de ordem política.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há cerca de uns dois meses nós entramos com um projeto de lei que visava redução em 70 por cento das atuais taxas de serviços cobradas pelo DETRAN.

O projeto não veio ainda a Plenário, mas eu sei que o relator da matéria, na Comissão de Justiça, já exarou parecer contrário ao mesmo, alegando questões de ordem legal.

Efetivamente, fomos examinar "a posteriori" o nosso projeto, e concluímos que o Sr. Deputado Relator tem um certo embasamento no seu parecer, porque é controvertido, entretanto, veda-se ao Deputado legislar individualmente sobre receita tributária, e o nosso projeto, efetivamente, reduz receita, não tributária, evidente, mas reduz receita de contraprestação de serviço, que são taxas cobradas pelo DETRAN.

E como nós sabemos que há uma manifesta má vontade por parte da bancada majoritária em aprovar o projeto de nossa autoria, que viria beneficiar a população, que foi tomada de surpresa pelas escorchantes taxas de serviços do DETRAN, é que nós preparamos um outro projeto de lei, Sr. Presidente, e este com perfeito embasamento legal.

No artigo primeiro nós preconizamos que o Artigo 25, da Lei número 7811, de 20 de dezembro de 1983, que é a famigerada lei que transformou o DETRAN em autarquia e que majorou de uma forma absolutamente irreal as taxas cobradas por aquele serviço, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 25 — As taxas de serviços a serem cobradas pelo DETRAN serão fixadas pelo Anexo I, desta lei.

§ 1.º — Não se aplicam ao DETRAN os dispositivos e atos complementares, referentes à cobrança de taxas previstas na Lei número 7254, de 30 de novembro de 1979".

Como os Srs. Deputados sabem, esta lei vinculava as taxas de serviços, à época, ao salário mínimo; cada vez que houvesse majoração do salário mínimo, as taxas automaticamente seriam majoradas no mesmo percentual. Posteriormente, com a proibição de vinculação de taxas de quaisquer outros valores no salário mínimo, criou-se então o modo de referência no Estado e agora o DETRAN, através da Lei 7811, vai aplicar o valor

referência sempre, isto quer dizer que a primeiro de novembro deste ano, teremos as taxas majoradas em aproximadamente mais 70 por cento.

Esta lei visa coibir este verdadeiro atentado contra a bolsa popular, então não se aplica no DETRAN os dispositivos da Lei 7257, e no parágrafo segundo nós retificamos a atual tabela de taxas, para fugir da ilegalidade da nossa proposição. Então, no parágrafo segundo, dizemos o seguinte:

“Os valores fixados pelo Anexo I desta lei, que é efetivamente as atuais taxas cobradas pelo DETRAN, somente poderão ser alterados através de lei ordinária”.

Então, vamos novamente transferir para o Poder Legislativo, que é o verdadeiro Poder, porque é o único que emana do povo, vamos transferir para esta Casa a faculdade de disciplinar a cobrança de taxas neste caso, do DETRAN.

Posteriormente, vamos agir da mesma forma, com referência à taxa judiciária e com referência à taxa de Segurança Pública, que também são escorchantes e estão causando verdadeira revolta à população paranaense.

Nós esperamos que, desta feita, não haja parecer contrário, esperamos a colaboração precisa da bancada majoritária nesta Casa, no sentido de ampararmos a população do Estado contra este verdadeiro assalto que se pratica contra a economia do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito...

O SR. GABRIEL MANOEL – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada).

Responderam à chamada, 29 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje tomo lugar nesta tribuna, para ressaltar uma pessoa simples e humilde, mas de um valor inestimável para o nosso Paraná. Já faz algum tempo que o conheço, e cada dia o admiro mais pelo que vem fazendo em favor da comunidade em que vive. Refiro-me ao Padre Ernesto Nascimento Pereira, da Paróquia de São Jorge do Patrocínio.

Ele não é brasileiro nato, mas demonstra que o é por adoção. Nasceu em Trás-os-Montes, Portugal. Ali se criou e se tornou sacerdote, para em seguida exercer sua vocação na África, onde ficou desde 1962. Voltando a Portugal, estudou na Universidade de Louvaina, obtendo a licenciatura em catequese. Em 1971, voltou para Moçambique, realizando magnífico trabalho, antes de, em 1977, viajar ao Brasil.

Sua fé e dedicação foram bênçãos aos paroquianos de São Jorge do Patrocínio, no Noroeste do Paraná, onde se fixou. Ele foi e continua sendo uma fonte de amor, caridade e de desenvolvimento para aquele município, que é um dos mais novos do Paraná.

Sem defender ideologias ditas modernas, condenadas pela própria Igreja Católica, optou pelos pobres, obtendo as substanciais ajudas dos ricos, para isso. Ele não pregou a violência e nem espalhou o ódio. Não comandou greves, não invadiu terras, nem participou de movimentos politiquieiros.

Fez mais pelos pobres de sua paróquia, que tantos

teólogos que defendem a luta de classes. Logo depois de sua chegada a São Jorge, incentivou a fundação da ACMA – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de São Jorge do Patrocínio, com recursos iniciais oriundos da própria comunidade.

Pregando o amor fraternal e convencendo os mais abastados de sua paróquia a apoiarem suas ações, tornou possível a construção de um Centro de Saúde. Para isso, usou também o sistema mutirão, com a participação de mais de 600 pessoas.

Outrossim, em conjunto com outros dedicados nomes voltados ao progresso, o Padre Ernesto proporcionou a ocupação de muitos que estavam sem trabalho, em obras de grande valor para a comunidade, além de criar sistemas de emprego fixo e geradores de emprego. Hoje, no município, há hortas comunitárias, novas máquinas para o beneficiamento do café e fábrica de blocos de cimento. Junto com a Prefeitura, desenvolveu planos para aproveitamento de mão-de-obra para pavimentar ruas, erguer e reformar prédios escolares e para dar combate à erosão.

Acompanhamos juntamente com o ex-Deputado Federal Igo Losso, o seu esforço, até conseguir financiamentos importantes junto ao Banco do Brasil, especialmente do FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento Comunitário, para completar os recursos necessários para a concretização de objetivos propostos.

No relatório das atividades da ACMA, o Padre Ernesto modestamente esqueceu que foi justamente o movimento criado por ele, que resultou na emancipação política de São Jorge do Patrocínio, em 1979.

Ali ele apenas colocou que em 1982, a entidade promoveu a recuperação de várias salas de aulas rurais, comprou o terreno e depois construiu o Centro de Saúde, comprou uma área central para a criação de uma praça, foi responsável pela instalação de uma agência do Correio, realizou reparação de estradas, combateu a erosão urbana, fez gestão junto à SANEPAR para obter água encanada, bem como conseguiu a vitória de incluir a cidade no sistema de telecomunicação à distância, além de lutar pela pavimentação da área de acesso à sede do município.

No plano assistencial, a ACMA, que tem como secretário executivo o Padre Ernesto, foi responsável por 30 por cento das despesas de transporte escolar dos alunos pobres dos bairros. Atendeu, somente em 1982, 497 doentes graves, enviando-os a Umuarama, Curitiba, Maringá, Londrina, São Paulo e Foz do Iguaçu. Também distribuiu alimentos, roupas e calçados para famílias necessitadas, pagou receitas médicas, pares de óculos, cadeiras de rodas, promoveu registros de nascimento e casamento, construiu casas, pelo regime de mutirão, bem como custeou a ligação de energia elétrica para aqueles que não tinham condições”.

Sr. Presidente, peço que dê como lido o restante do pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa atende a Vossa Excelência.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. – À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Antônio

Annibelli e Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos constante do expediente, solicitando prioridade para a votação do Projeto de Lei n.º 79/84, de nossa autoria, que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino a cobrança de taxas e contribuições. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação do projeto acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/84, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS E OUTROS, que proíbe aos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino de 1.º e 2.º Graus, a cobrança de Taxas e Contribuições, conforme específica e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emenda da C.C.J., por unanimidade. Com Parecer Favorável da C.F., por unanimidade e com Parecer Favorável da C.E. à Emenda da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

— Está em discussão o Projeto e a Emenda.

O SR. SABINO CAMPOS — (Para Discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Este projeto de lei que hoje se encontra em Segunda Discussão no Plenário desta Casa de Leis, Projeto n.º 79/84, de nossa autoria, com uma emenda do ilustre Deputado Ezequias Losso, determina a proibição em todos os estabelecimentos da rede estadual de ensino de primeiro e segundo graus, a cobrança de taxa de matrícula, inclusive a denominada taxa da FUNDEPAR, contribuições pecuniárias para a merenda escolar, mensalidade para a caixa escolar ou para Associações de Pais e Mestres, sem aquiescência formal dos pais ou responsáveis, e de materiais destinados a provas de exames, certificados, diplomas ou outros documentos relativos à vida escolar.

O projeto estipula a proibição sobre cobrança em eventuais locações das dependências escolares para pessoas ou entidades comunitárias não comerciais e proíbe, também, a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar nas escolas estaduais.

Por entendermos que este projeto de lei possui grande abrangência social, pois irá beneficiar principalmente as famílias de baixa renda, contribuindo para diminuir os alarmantes índices de evasão escolar no ensino de primeiro e segundo graus, solicitamos aos Srs. Deputados apoio a esta iniciativa, na certeza de que este posicionamento será mais um passo importante do reencontro deste Poder com as aspirações populares.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos compreender que esta iniciativa não acaba em si mesma, ela se enquadra dentro de uma estratégia maior, em uma visão mais ampla de como deve ser dirigida a educação em nosso País.

Já na apresentação deste projeto, em abril deste ano, afirmávamos, com base em dados, que existia em nosso País duas visões distintas de como se deve proceder em relação ao ensino brasileiro.

A primeira delas, implementada pelo governo federal, através de imposições ditadas pela USAID norte-americana, privilegia a privatização gradativa do ensino, estipulando como norma de governo o completo descaso com a educação. Por esta visão o ensino é tratado como mercadoria que se compra e se vende em verdadeiros supermercados educacionais.

O resultado desta política é um completo desastre para o nosso País. Hoje, o índice de analfabetismo brasileiro é um dos mais altos da América Latina, cerca de 30 por cento, sem considerar a parcela alfabetizada pelo MOBRAL, que na verdade não sabe sequer ler o nome. Segundo o próprio Ministério da Educação e Cultura, são mais de sete milhões de crianças sem

escola e um índice de evasão escolar que vem crescendo de ano a ano. De 1972 a 1983, de cada mil crianças que se matricularam na primeira série, apenas 582 chegaram à segunda série.

As conseqüências não poderiam ser diferentes, Srs. Deputados. Afinal, o governo brasileiro não investe e não considera o ensino como prioridade. Os dados confirmam esta realidade. No que diz respeito aos investimentos, o Brasil permanecia em 1980, como um dos países de mais baixo índice de aplicação do Produto Nacional Bruto, na Educação. Enquanto nos Estados Unidos, o percentual era de sete por cento, na Venezuela, 5,2 por cento e na Argentina, 3,9 por cento, aqui a taxa foi de 3,3 por cento.

Com os acordos do FMI, impôs-se uma política de contenção que leva a profundos cortes nas verbas públicas, atingindo ainda mais rigorosamente o ensino. Em 1984, a saúde e a educação sofreram um corte de 30 por cento em seus orçamentos.

Segundo a Emenda João Calmon, aprovada no Congresso Nacional, o governo teria que destinar 13 por cento do orçamento federal somente para a educação. Fosse aplicada esta lei e a Educação teria direito, em 1984, a 1,32 trilhões de cruzeiros. Mas a Secretaria do Planejamento, num flagrante desrespeito à lei, deixou menos de 2 por cento para o MEC, pouco mais de 200 bilhões de cruzeiros.

Mas de outro lado, temos uma outra concepção, defendida por toda a comunidade educacional. Concepção que se assenta na necessidade de um comprometimento máximo do Estado e da União no sentido de garantir um ensino de qualidade, submetido a padrões públicos, não deformado pela mercantilização e plenamente acessível à totalidade da demanda social.

É justamente este o rumo que o governo José Richa vem percorrendo, buscando cumprir compromissos assumidos no programa eleitoral.

Dessa forma, não é de se estranhar, Srs. Deputados, que no orçamento deste ano a educação seja contemplada como a prioridade número um do governo, recebendo 21,7 por cento do orçamento estadual.

É a tentativa do Governo José Richa, de dignificar o ensino no Paraná, buscando corrigir as terríveis seqüelas deixadas pelas administrações anteriores, evidenciadas principalmente pela violenta evasão escolar.

Vejamos um exemplo, Srs. Deputados.

Das 439 mil crianças que ingressaram na primeira série do primeiro grau, em 1975, apenas 75 mil conseguiram chegar à oitava série, em 1982. Ou seja, ficaram pelo caminho, atrapalhadas pela repetência ou alijadas pela evasão, nada menos do que 83 por cento das crianças. O quadro é ainda mais angustiante quando se acompanha estatisticamente o movimento daqueles que ingressaram na escola em 1972, chegando a 1982 ao término do segundo grau. Segundo dados da FUNDEPAR, apenas oito por cento conseguiram completar este percurso. Para cada cem crianças que entraram no sistema escolar em 1972, saíram dele apenas oito jovens.

Transformar esta realidade inquietante é o nosso compromisso e o do Governo José Richa, através de um grande apoio e incentivo à Secretaria da Educação.

É nessa perspectiva, dentro dessa visão de governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que apresentamos o projeto em votação, proibindo a cobrança das taxas escolares, pois entendemos que se deve privilegiar e fortalecer o ensino público e gratuito criando condições para que todos tenham acesso ao conhecimento e à cultura, pois não se pode conceber que um país obtenha êxitos duradouros nos campos econômico, tecnológico e social sem o alicerce alcançado na educação e no saber.

Por estes motivos, acreditamos que este projeto receberá o voto favorável dos nobres colegas. Acreditamos também que será sancionado pelo Governador José Richa, pois este foi um

compromisso assumido na campanha eleitoral, defendido nos palanques e contemplado no programa de governo distribuído aos milhões de eleitores de nosso Estado. E com isso, temos a certeza que, cumprindo as promessas de palanque, estaremos pagando à população paranaense um pouco do que devemos da nossa dívida social.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 79/84, e a Emenda.

Está em votação o projeto, ressalvada a Emenda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a Emenda da C.C.J. — **Aprovada.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 210/84, (Mensagem n.º 169/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (Hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com Serviços de Terceiros da Subchefia de Comunicação Social no corrente exercício, conforme especifica. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 84, de 10/09/84, Mens.).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 223/84 (Mensagem n.º 179/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (Hum bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR, conforme especifica. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 84, de 10/09/84, Mensagem).

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/84, do Poder Executivo (Mensagem n.º 102/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de CRUZEIRO DO SUL, o imóvel constituído pela data de terras n.º 15, Quadra n.º 29, situada na sede do município, medindo a área de 600,00m², objeto da matrícula n.º 1866, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAPEJARA, com sede e foro no Município de Tapejara. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/84, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que institui a data de 23 de abril como o dia em que se celebrará homenagens ao LEONISMO PARANAENSE. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE AUXILIADORA DE SENHORAS DE ARA-PONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BETEL — SERVIÇO SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/84, de autoria do

Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE DO PARANÁ — ASSOESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CASTELO BRANCO, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terras n.º 09, da quadra n.º 13, com área global de 957,00m², e localização que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por 15 (quinze) sessões, o Projeto de Lei n.º 120/84, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso. — **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 120/84, por quinze sessões.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que dá nova Redação ao Art. 73 do Regimento Interno e outras providências. (DA TRIBUNA LIVRE). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com Emenda Substitutiva de Plenário.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA
AO SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO DE 2.ª DISCUSSÃO
APRESENTADA AO PROJETO DE
RESOLUÇÃO N.º 01/83**

O Art. 3.º do Projeto de Resolução n.º 01/83, passa a ter a seguinte redação, incluídos ainda os parágrafos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º.

“Art. 3.º — Fica criada a Tribuna Livre que será realizada em sessão ordinária, na sexta-feira, com duração de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa.

§ 1.º — Ocupará a Tribuna Livre, criada por este artigo, qualquer entidade ou organização de classe, a nível de Estado do Paraná, inclusive partidos políticos legalmente constituídos, sem representação parlamentar;

§ 2.º — As entidades a que se refere o parágrafo anterior, para participarem da Tribuna Livre, deverão estar autorizados por suas respectivas Assembléias Gerais, legalmente convocadas para este fim, bem como, para escolher o assunto que deverá ser trazido ao Plenário da Assembléia Legislativa;

§ 3.º — Para efetivarem, em livro próprio, suas participações, deverão encaminhar à Mesa, a ata da Assembléia Geral que autorizou a participação, bem como o tema a ser abordado;

§ 4.º — Com a apresentação da ata dos pretendentes à Tribuna Livre, a Mesa a encaminhará para uma única discussão do Plenário, que votará ou não a sua inclusão na pauta;

§ 5.º — Em se tratando de partido político, para inscrição na Tribuna Livre, é obrigatória a autorização prévia do respectivo Diretório Regional;

§ 6.º — As notas taquigráficas da sessão extraordinária destinada à Tribuna Livre, deverão ser encaminhadas, de acordo com o Regimento Interno, pela Mesa, à Comissão competente para o necessário exame”.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ROBERTO REQUIÃO, MÁRCIO ALMEIDA,
TADEU LÚCIO MACHADO
ADHAIL SPRENGER PASSOS
e NELSON VASCONCELLOS



O SR. JORGE MAIA FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicitaria que Vossa Excelência procedesse a leitura da referida Emenda, na sua íntegra.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a leitura da Emenda.

(É lida a Emenda).

Em discussão o Projeto e as Emendas. —

Em votação a Emenda Substitutiva, devidamente apoiada.

— Aprovada. Conseqüentemente, fica prejudicada a Emenda de 2.^a Discussão. — Em votação o Projeto. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 108/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que autoriza o Poder Executivo implantar em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino que contem com mais de 200 (duzentos) alunos, o Serviço Social junto à Escola e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emenda da C.C.J., por unanimidade. Com Pareceres Favoráveis da C.F. e C.E., ao Projeto e à Emenda da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. —

Em discussão o Projeto e a Emenda. Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. — Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda. — Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 121/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo denominar RODOVIA RENATO FESTUGATO, a Rodovia que liga Cascavel a Boa Vista da Aparecida, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 122/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DO APOSTOLADO CATÓLICO IRMÃS PALOTINAS, com sede e foro no Município de Arapongas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 124/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS SÃO JOÃO BATISTA, com sede no Município de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 127/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre publicação semestral, no Diário Oficial do Estado, da Relação das Entidades Assistenciais Beneficiadas pelos Lucros da Loteria do Estado, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 129/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que cria o Distrito Administrativo de TRIOLÂNDIA, no Município de Ribeirão do Pinhal. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 130/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUINTA DO SOL, com sede e foro no Município de Quinta do Sol. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 133/84, de autoria do

Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara a Gralha Azul, ave-símbolo do Paraná, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 134/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública a "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO", com sede em Engenheiro Beltrão e foro na cidade de Peabiru. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. —

Em discussão o Projeto e a Emenda. — Está em votação a Emenda Substitutiva. — Aprovada.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 142/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo a conceder o Título de Cidadã Honorária a Senhora "Suely Marcondes de Moura Festugato", conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. em regime de URGÊNCIA.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Requeiro à Mesa que dê a forma correta a este projeto de lei, porquanto o Título de Cidadão Honorário são expedidos pelos três Poderes conjuntamente e o autor está procurando autorizar o Poder Executivo a conceder um Título de Cidadania Honorária.

Requeiro então a Vossa Excelência, que se proceda a devolução correção nesse projeto de lei, porquanto é contra a sistemática usual da concessão dessas honrarias.

O SR. EDGARD PIMENTEL — (Pela ordem) — Vou verificar Sr. Presidente, acolhendo a sugestão do Líder da Maioria, e tenho a impressão de que há um erro de redação aqui na Ordem do Dia. Vou verificar e apresentarei uma Emenda, se caso se verificar esse erro na redação da proposta do projeto que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece aos Srs. Deputados que levantaram a Questão de Ordem, que o artigo 1.^o, do Projeto de Lei 142/84, tecnicamente nos parece correto porque diz o seguinte:

"Artigo 1.^o : fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Suely Marcondes de Moura. No entanto, há necessidade de correção da súmula que poderá ser corrigida na redação final do projeto. A súmula diz o seguinte: "autoriza do Poder Executivo". Tem razão o Deputado Nilso Sguarezi ao levantar a questão, é uma correção que poderá ser procedida por ocasião da redação final deste projeto de lei.

Está em votação. Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.^o 159/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e OUTROS, que dá nova redação ao Artigo 51, da Lei Complementar n.^o 2, de 18 de junho de 1973, Lei Orgânica dos Municípios, na forma que especifica. (MANDATO DE VEREADOR SOMENTE SERÁ REMUNERADO NOS CASOS PERMITIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.^o 176/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade

pública a "OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE RIBEIRÃO DO PINHAL", com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao Parágrafo Único do Art. 2.º, da Lei n.º 7711, de 15.06.83, conforme específica. (PELO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE QUE TRATA O "CAPUT" DESTA ARTIGO, O VICE-GOVERNADOR NÃO PERCEBERÁ QUALQUER ESPÉCIE DE REMUNERAÇÃO, ASSEGURADO ENTRETANTO O DIREITO DE OPÇÃO, EXCETO NOS CASOS DE ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/83, (ex-Proposição n.º 06/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Borrazópolis. Com parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/83, (ex-Proposição n.º 49/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação e Compromisso de n.ºs 8 a 14, celebrados em 08.03.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando construção de terminais rodoviários nos referidos municípios. Com parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre eleições diretas para Diretores de Estabelecimentos de Ensino de primeiro e segundo graus — Regular e Especial — da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 12, de 27/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 34/84

PARECER

A medida proposta pelo nobre Deputado Rubens Bueno, com o presente projeto de lei em exame, pretende dispor sobre eleições diretas para diretores de estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus — regular e especial — da rede estadual de ensino.

Tendo em conta a importância da matéria, solicitamos que a mesma fosse convertida em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação.

Em resposta ao nosso pedido, aquela Secretaria nos respondeu, conforme o Of. no 1.278/84, "endossando inteiramente o projeto, apresentando alguns importantes reparos no texto".

Portanto, consideramos oportuno manifestar o nosso pa-

Curitiba, terça, em 02/10/84

recer favorável ao referido Projeto de Lei, opinando, contudo, pela aprovação de Substitutivo Geral, que apresentamos anexo, e que incorpora as sugestões daquela Secretaria de Estado da Educação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 34/84

Art. 1.º — A escolha dos diretores de estabelecimentos de ensino público de primeiro e segundo graus regular, supletivo e especial, da rede estadual de ensino, inclusive o que goza de autonomia administrativa, será efetuada mediante eleição direta organizada na forma desta lei.

Parágrafo único — A eleição referida no artigo anterior será convocada mediante editais afixados em locais visíveis no estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — Poderão ser votados os professores ou especialistas em exercício no estabelecimento de ensino pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério ou ao Quadro único do Poder Executivo.

Art. 3.º — O candidato que obtiver a maioria simples dos votos será designado pelo Secretário de Estado da Educação.

Art. 4.º — Publicado o ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, o Chefe do Núcleo Regional ou o Inspetor Estadual de Educação dará posse ao diretor eleito.

Art. 5.º — Poderão votar:

- I - Os professores e especialistas referidos no Artigo 3.º;
- II - Os demais funcionários estatutários e celetistas em exercício no estabelecimento de ensino;
- III - Os alunos regularmente matriculados no primeiro grau supletivo e no segundo grau regular e supletivo;
- IV - O pai ou mãe ou representante de aluno regularmente matriculado no estabelecimento.

Parágrafo único — Na hipótese do inciso IV deste artigo, o voto será apenas um, independentemente do número de filhos matriculados no estabelecimento.

Art. 6.º — Cada votante indicará, através de manifestação pessoal e secreta, um nome dentre os referidos no Artigo 2.º.

Art. 7.º — Da divulgação dos resultados caberá recurso, sem efeito suspensivo, interposto e arrazoadado por qualquer votante, inclusive candidatos no prazo de vinte e quatro horas.

Parágrafo único — O recurso, entregue ao Inspetor Estadual de Educação, será remetido ao Chefe do Núcleo Regional, que o informará ao Secretário de Estado da Educação, para julgamento em única instância.

Art. 8.º — O diretor designado nos termos desta lei, indicado em sindicância, processo administrativo ou inquérito policial, ou contra o qual tramitar ação penal, poderá ser afastado do exercício de suas funções pelo Secretário de Estado da Educação, por decisão fundamentada na conveniência para apuração dos fatos ou ter, pela mesma autoridade, seu mandato declarado extinto, para resguardo da dignidade das funções.

Art. 9.º — Em caso de vacância das funções de diretor, caberá ao Secretário de Estado da Educação designar outro, para a complementação do mandato.

Art. 10 — O mandato de diretor é de dois anos, iniciando no primeiro dia útil do ano civil subsequente, ao qual se verifi-

cou a eleição, admitida uma recondução consecutiva.

§ 1.º — No caso dos atuais diretores serem reeleitos em 1985, considerar-se-á o novo mandato como consecutivo, nos termos do "caput" deste artigo.

§ 2.º — Na segunda quinzena do mês de novembro do ano em que se encerrar um mandato, o Inspetor Estadual de Educação deverá providenciar o processo de votação para o mandato seguinte.

Art. 11 — As normas desta lei não são aplicáveis em estabelecimento de ensino que contar com menos de três professores ou especialistas que preencham as condições do Artigo 2.º, às escolas agrícolas com regime de internato e às escolas estaduais da rede pública que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados de instituições religiosas ou civis.

Parágrafo único — Na hipótese deste Artigo, o diretor será de exclusiva escolha do Secretário de Estado da Educação.

Art. 12 — O Secretário de Estado da Educação baixará, mediante resolução, instruções que se fizerem necessárias à fiel execução desta Lei.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO e OUTROS, que dá nova redação ao Parágrafo 1.º, do Art. 5.º, da Lei n.º 6.639, de 05.12.74, introduzido pela Lei n.º 7.771, de 13.12.83, na forma que especifica e dá outras providências. (SERÁ COMPUTADO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, PELO FEPPA, O TEMPO MÁXIMO DE 4 ANOS). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Rejeitado. (Publicado no D.A. n.º 15, de 29/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 47/84

PARECER

1. — O ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, através do presente plano de lei, objetiva alterar parcialmente a Lei n.º 7.771, de 14 de dezembro de 1.983, a qual, por sua vez, melhorou sensivelmente as disposições contidas na Lei n.º 6.639, de 5 de dezembro de 1.974, que criou o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar.

2. — Na verdade, nem todos os Deputados integrantes da atual legislatura tinham condições de obter a contagem do tempo máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolhidas as contribuições mensais referentes àquele período. De acordo com a legislação em vigor, há uma situação de desigualdade entre parlamentares detentores de idênticos mandatos eletivos.

3. — O presente projeto de lei visa consertar tal distorção, possibilitando que o eventual benefício da contagem de tempo se estenda a todos os Deputados Estaduais, bastando para isso que façam o recolhimento das contribuições mensais respectivas.

4. — Não há dúvida que o plano de lei em exame é perfeitamente constitucional, pois coloca em prática o saudável princípio da isonomia.

5. — Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

NELSON BUFFARA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que estabelece contagem em dobro para todos os efeitos legais, até o máximo de oito anos, o tempo de serviço de Juiz de Direito, ao exercer cumulativamente as funções de Juiz Eleitoral. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Rejeitado.— (Publicado no D.A. n.º 24, de 16/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 81/84

PARECER

O projeto em pauta visa estabelecer a contagem em dobro, para todos os efeitos legais, até o máximo de oito anos (08) do tempo de serviço de Juiz de Direito, quando exercer cumulativamente as funções de Juiz Eleitoral.

No que pese a justificativa do ilustre autor do Projeto concedendo a sobredita vantagem em virtude da somatória de atribuições, nosso pensamento é contrário nas condições propostas. Somos favoráveis à concessão da contagem em dobro até o teto mencionado, apenas para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, pois juizes com atribuições em outras áreas vêem-se muitas vezes assoberbados por um volume de trabalho idêntico e com as mesmas características estafantes dos que acumulam funções, os quais ver-se-iam prejudicados relativamente à promoção por antigüidade se a contagem for para todos os efeitos legais.

Nosso parecer é favorável, portanto, com a devida retificação, relativa aos efeitos.

Pela aprovação, na forma de emenda anexa.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 81/84 EMENDA

Art. 1.º — Será contado em dobro, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, até o máximo 8 (oito) anos, o tempo de serviço de Juiz de Direito, quando exercer cumulativamente as funções de Juiz Eleitoral.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ERVIN BONKOSKI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que acrescenta inciso ao Art. 39 do Regimento Interno do Poder Legislativo criando a "COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DAS ESTATAIS", conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. E com parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 97/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 39 do Regimento Interno deste Poder Legislativo fica acrescido do seguinte inciso:

— Comissão de Fiscalização das Estatais.

Art. 2.º — Acrescente-se, onde couber, no Regimento

Interno do Poder Legislativo:

Art. . . . — À Comissão de Fiscalização das Estatais compete a aprovação do orçamento das empresas estatais e o controle de suas atividades.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 1983.

(aa) ROBERTO REQUIÃO, IRONDI PUGLIESI,
TADEU FRANÇA, SABINO CAMPOS,
EDMAR LUIZ COSTA, CAÍTO QUINTANA e
NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de resolução se justifica por si só, dada a inegável oportunidade do controle das estatais por parte do Poder Legislativo, haja vista que, no âmbito nacional, é por demais sabido que os gastos desvairados das empresas governamentais, que se tomaram verdadeiros monstros, incontroláveis realimentam a espiral inflacionária, sem que haja um mecanismo eficaz para controlá-las.

COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Roberto Requião, o projeto objetiva criar a Comissão de Fiscalização das Estatais, com a competência para aprovar o orçamento das empresas estatais e controlar suas atividades.

A iniciativa já era merecedora de acolhimento na época de sua formulação. Agora, com a rejeição por esta Casa, do veto governamental oposto às disposições que autorizam o referendun dos orçamentos das entidades da administração indireta, ela tornou-se uma exigência legal. No mérito, portanto, a proposição tem procedência.

Apenas cabe reparo na denominação do órgão. “Estatais” é uma palavra de sentido impreciso e, paradoxalmente, menos abrangente do que seria de se desejar.

Em face da nova competência atribuída à Assembléia, cremos que no lugar de “estatais” ficaria melhor “administração indireta”. Assim, Comissão de Fiscalização da Administração Indireta seria uma sugestão ao ilustre autor do Projeto.

Decorrencia da aludida idéia, as competências da Comissão podem ser ampliadas, na medida e na amplitude estabelecida no artigo 5.º, da Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983, com a inclusão das disposições promulgadas pela presidência deste Poder.

Isto posto, o parecer é favorável.

Sala da Comissão Executiva, em

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97/83

O projeto em questão, de autoria do nobre Deputado Roberto Requião, pretende criar uma nova Comissão, entre as que são previstas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, com designação de “Comissão de Fiscalização das Estatais”.

A matéria foi objeto de exame por parte desta douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável o Relator, o nobre Deputado Caíto Quintana.

O referido parecer foi rejeitado pela CCJ. Portanto, de acordo com o Regimento Interno, conforme o Art. 60, § 5.º, o presidente designou novo Relator, com a atribuição específica

de elaborar o necessário parecer contrário.

Embora não exista qualquer objeção de natureza constitucional, legal ou regimental ao Projeto de Resolução, a criação da nova Comissão fere o bom senso, na medida em que existe uma Comissão com atribuição semelhante, ou seja, a “Comissão de Tomada de Contas”. Não há, portanto, porque criar-se a referida Comissão.

Neste sentido, conforme decisão já definida pela C.C.J., manifestamos o nosso parecer contrário ao projeto de resolução em exame, opinando-se pela sua rejeição.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSSAR — Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa irá colocar de forma inversa, de acordo com o Regimento Interno.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.—
Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 220/84, que visa autorizar abertura de crédito especial ao Tribunal de Justiça.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo informações quanto ao desaparecimento de três telefones sem fio marca Cobra, bem como de 1 motocicleta importada marca Kawazaki, pertencentes à CIRETRAN do Município de Foz do Iguaçu.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo sejam enviados a esta Casa, cópias autênticas e conclusões dos Autos de Sindicâncias destinados a apurar irregularidades junto à 16.ª CIRETRAN do Município de Foz do Iguaçu — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo informações referentes a supostas irregularidades que vêm sendo apuradas no Colégio Agrícola Manuel Moreira Pena, do Município de Foz do Iguaçu. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à COAMO — Cooperativa Agropecuária Mourãoense, por ter recebido da revista Exame, o diploma de melhor desempenho no Setor Agropecuário de 1983, localizada no Município de Campo Mourão.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretária da Educação, encarecendo a liberação de materiais permanentes para o Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de primeiro e segundo graus, no Município de Campo Mourão.— Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo reparos na BR-476, que liga Curitiba a Lapa, particularmente no trecho da curva existente em frente à Igreja, na localidade de Mariental.— Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74/84.

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/83

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 108/83; 79, 121, 122, 124, 127, 129, 130, 133, 134, 142, 176 e 199/84; e do Projeto de Lei Complementar n.º 159/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 09 e 50/83.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/84

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 50, 88, 188, 191, 196, 221 e 232/83; e, 73, 76 e 221/84.
E do Projeto de Lei Complementar n.º 85/84.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado José Tadeu França e com a presença dos demais membros da Comissão, sendo justificada a ausência do senhor Deputado Adhail Sprenger Passos. A presente reunião contava ainda com a presença dos Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Paulo Furiatti, Werner Wanderer, Mário Pereira e Sabino Campos. A reunião contava também com a presença do Senhor Paulo Roberto Pereira de Souza, Reitor da Universidade de Maringá, Marco Antônio Fiori, Reitor da Universidade de Londrina, Ewaldo Podolan, Reitor da Universidade de Ponta Grossa e dos senhores, José Roberto Melo, Cesar Ribeiro Ferreira, João Celso Sordi, Luiz Walter Chalusnhak, Romar T. Nogueira, Carlos L.S. Godar, Lizia Helena Nagel, Arnaldo Zubioli, Minoru Takahashi, Osvaldo Ferreira, Jorge Luiz Godoy, Nelson Fujita, Marion Tito, Gilberto Espinosa, Kamal Tebchani, Oscar Furstenberger. Alberta a sessão o senhor Presidente passou a palavra aos reitores das faculdades, em seguida falou a Senhora Lizia Helena Nagel, representante da Senhora Secretária da Educação e os Deputados Mário Pereira e Márcio Almeida. Em seguida o Senhor Presidente deixou em abertos os debates. Todos os pronunciamentos e debates se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Foram apreciados ainda os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 232/83 — de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, que autoriza o Poder Executivo, implantar cursos de segundo grau nas escolas públicas dos municípios de Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Piên e Quatro Barras. Relator: Deputado Adhail Sprenger Passos. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 108/83 — de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião e outros, que autoriza o Poder Executivo, implantar em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino que contem com mais de duzentos alunos, o serviço social junto à escola e dá outras providências. Relator: Deputado Adhail Sprenger Passos. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 79/84 — de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos e outros, que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino de primeiro e segundo graus, a cobrança de taxas e contribuições, conforme especifica e dá outras providências. Relator: Deputado Rubens Bueno. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA
Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado José Tadeu França e com a presença dos demais membros da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 107/84 — de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, que

denomina "Escola Estadual Monsenhor Ivo Zanlorenzi" — Ensino de primeiro grau regular e supletivo, a atual escola "Embaixador Lincoln Gordon" em Campo Comprido, nesta capital. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA
Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária